

A incidência de atores privados na implementação do programa Escola Viva no Estado do Espírito Santo

Jaqueline Ferreira de Almeida
Julio Cesar Torres

Como citar: ALMEIDA, Jaqueline Ferreira de; TORRES, Julio Cesar. A incidência de atores privados na implementação do programa Escola Viva no Estado do Espírito Santo. *In:* NOVAES, Henrique Tahan; LIMA FILHO, Domingos Leite; SANTOS, José Deribaldo Gomes dos (org.). **Educação profissional no Brasil do século XXI: políticas, críticas e perspectivas.** Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2024. v. 3. p. 211-238. DOI:
<https://doi.org/10.36311/2024.978-65-5954-526-1.p211-238>



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivatives 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-No comercial-Sin derivados 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

9

A incidência de atores privados na implementação do programa Escola Viva no Estado do Espírito Santo

Jaqueline Ferreira de Almeida

Julio Cesar Torres

INTRODUÇÃO

O ideal neoliberal, com seu marco nos anos 1970, possui como fundamento garantir a liberdade individual e proteger o livre mercado. Para atingir esse intuito, os princípios neoliberais centram-se na ideia de enxugamento da ação do Estado, alicerçada em proposições de reformas que atinjam, de maneira mais profunda, as políticas sociais e o gasto social.

Com a proposta de redução do que é estatal e que, para tanto, recebe financiamento público, há a abertura para a inserção da iniciativa

privada na execução de políticas públicas. Esse processo ocorre, majoritariamente, por meio de parcerias público-privadas, possibilitando que atores privados conduzam diferentes ações que estavam, até então, sob responsabilidade estatal.

Nesse direcionamento, o envolvimento dos atores privados na educação ocorre sobretudo de duas formas, ambas com caráter privatista: pelo direcionamento das finalidades educativas e pelas parcerias público-privadas com o fito de realizar consultorias, formar professores (capacitação), desenvolver sistemas de gestão, entre outras formas de inserção (Caetano; Peroni, 2022).

No Espírito Santo, para implementar a Política Estadual de Escolas de Ensino Médio em Turno Único, denominada Programa Escola Viva, o governo do estado firmou parceria com o Movimento Empresarial Espírito Santo em Ação (ES em Ação). O programa, ancorado no pressuposto da Escola da Escolha, desenvolvido pelo Instituto de Corresponsabilidade pela Educação (ICE), possui como fundamento o desenvolvimento do projeto de vida dos estudantes.

Nesse contexto, o objetivo deste artigo é realizar uma discussão acerca da incidência dos atores privados pertencentes ao ES em Ação e ao ICE na condução da política educacional para a última etapa da Educação Básica no Espírito Santo. Para tanto, tomamos como foco de discussão o Programa Escola Viva, implementado em 2015.

Para o atendimento ao objetivo proposto, utiliza-se como fundamentação o debate acerca do neoliberalismo (Andrade, 2019; Moraes, 2001) e a incidência de atores privados na condução das políticas educacionais (Freitas, 2018a; Caetano; Peroni, 2022). Compreende-se que a inserção dos atores privados nas políticas sociais, principalmente na educação, corrobora para o alinhamento dos fins e princípios educacionais com as orientações neoliberais.

No tocante às questões metodológicas, o presente trabalho caracteriza-se como pesquisa bibliográfica e documental. Para o desenvolvimento da análise, toma-se como base para a discussão o período compreendido entre os anos de 2015 e 2018, referente à implementação do programa. Tal

intervalo se justifica tendo em vista que, no ano de 2019, ocorrem alterações no Programa Escola Viva em virtude da aprovação da reorganização do Ensino Médio brasileiro, denominado Novo Ensino Médio, que altera a legislação estadual das escolas de turno único.

Outro aspecto com relação à data condiz com o direcionamento do Instituto de Corresponsabilidade pela Educação (acesso em 15 jan. 2022) para que os parceiros privados locais, que realizavam a articulação com o setor público, fossem partícipes do processo de implantação das ações correspondente aos três primeiros anos. Com base nesses fatos, detemo-nos na incidência dos atores privados na implementação do Programa Escola Viva no Espírito Santo no período de 2015 a 2018.

Para o desenvolvimento deste trabalho, estabeleceram-se como documentos de investigação e análise as seguintes fontes: 1. *Relatórios de Gestão* do Instituto Fucape; 2. Documento publicado pelo ES em *Ação Educação: construindo um futuro promissor*; 3. *Livreto Digital Institucional*, publicado pelo ICE.

INCIDÊNCIA DE ATORES PRIVADOS NAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS

Na primeira metade do século XX, com a finalidade de enfrentar a crise de superprodução e como direcionamento para o desenvolvimento econômico no pós-guerra, o Estado de Bem-Estar Social, ou Estado-Providência, caracterizou-se pela ampliação das ações do Estado, principalmente em setores considerados essenciais (saúde, educação, infraestrutura, entre outros) e pelo uso do fundo público para financiamento do capital privado.

Nesse período, houve maior intervenção estatal na economia – como forma de restabelecer o sistema financeiro após a quebra da bolsa de valores de Nova York em 1929 e a crise financeira nos anos 1930 –, aliada ao incentivo para aumento do consumo de bens duráveis e a produção em alta escala, características do sistema fordista de produção.

Com base no desenvolvimento econômico e social, “O Estado de Bem-Estar vai desenvolver políticas sociais que visam à estabilidade no emprego, políticas de rendas com ganhos de produtividade e de previdência social, incluindo seguro-desemprego, bem como direito à educação, subsídio no transporte, etc.” (Frigotto, 2010, p. 75).

A partir dos anos 1960, a manutenção desse modelo de desenvolvimento não se sustentava e inviabilizava o aumento da acumulação de capital, de tal modo que a atuação do Estado necessitava ser redimensionada, haja vista que os economistas que defendiam o princípio neoliberal apregoavam que as crises financeiras dos anos 1970 e 1980 ocorreram em decorrência do mau funcionamento do Estado e de sua ampla intervenção na economia. Nesse contexto, os princípios neoliberais emergem, na segunda metade do século XX, para fazer frente, principalmente, à expansão do financiamento público nas políticas sociais.

Com o entendimento de que o capitalismo não é linear, o neoliberalismo consolidou-se com a crise financeira dos anos 1970 como um projeto da classe capitalista, que encontra outras formas de se reinventar após cada crise cíclica do capital de maneira a aumentar a acumulação financeira. Nessa perspectiva, de acordo com Frigotto (2010, p. 85), “[...] na realidade, não se trata de uma alternativa para a crise, mas a busca da recomposição dos mecanismos de reprodução do capital pela exacerbação da exclusão social”.

As primeiras grandes experiências neoliberais ocorreram na América Latina: em 1973, no Chile, e em 1976, na Argentina (Moraes, 2001). A partir dos anos 1980, as diretrizes neoliberais são impostas aos países da região como condição para renegociar as dívidas com o Banco Mundial e com o Fundo Monetário Internacional (Moraes, 2001), acarretando a difusão e implementação dos preceitos neoliberais nos países latino-americanos.

O neoliberalismo ancora-se nos princípios de liberdade individual e intervenção mínima e reduzida do Estado na economia, com o intuito de garantir o livre mercado (Andrade, 2019), além de estimular a competitividade. No diálogo acerca do mercado e da individualidade, Moraes (2001, p. 23-24) afirma que:

O mercado é, nessa visão, um processo competitivo de descoberta. Nele, inumeráveis indivíduos movem-se orientados pelos seus interesses próprios. O mercado é a combinação desses planos e atividades individuais de produtores e consumidores. Os elementos motores desse mundo são a junção empreendedora do indivíduo e a concorrência, no interior de uma complexa divisão social do trabalho.

Na perspectiva de aumentar a competitividade e, consequentemente, garantir a manutenção do capital e ampliação da acumulação, as diretrizes operacionais do neoliberalismo compreendem: 1. privatização e mercadização; 2. financialização; 3. administração e manipulação de crises; e 4. redistribuições via Estado (Andrade, 2019). Para o debate acerca da incidência dos atores privados nas políticas educacionais, deteremo-nos na primeira diretriz, segundo a qual a escola é compreendida enquanto uma organização empresarial, ao passo que é inserida como serviço no mercado, acarretando a perda da garantia da educação como direito social (Freitas, 2018a). A inserção da educação como um serviço compreende a mercadorização dos direitos sociais e a ampliação da concorrência, bem como a retirada das políticas sociais do âmbito do Estado.

Na esfera dos sistemas de ensino, para que ocorra o livre mercado educacional, as políticas neoliberais buscam a redução da regulação do Estado para a educação, característica esta que impede o livre mercado na esfera educacional (Freitas, 2018a). Para Freitas (2018a, p. 54), “[...] trata-se de que a escola seja vista como uma ‘organização empresarial’ de prestação de ‘serviços’”. Outro aspecto no que tange à privatização, no âmbito da gestão escolar, é que esta corrobora para o “[...] controle do processo educativo da juventude, instala a hegemonia das ideias neoliberais” (Freitas, 2018a, p. 55) por meio do processo educativo. No campo da difusão das ideias neoliberais nas escolas, podemos citar a disseminação do empreendedorismo e da competitividade, esta última propagada pelas avaliações em larga escala com a estruturação de rankings que estimulam a competitividade entre escolas e sistemas de ensino (Freitas, 2018a).

A organização do sistema público de ensino para a configuração em empresa educacional, como pressuposto da incidência de atores

privados, ocorre paulatinamente (Freitas, 2018a) e por diferentes maneiras. No Brasil, uma das formas mais conhecidas e utilizadas de incidência de atores privados são as parcerias público-privadas, efetivadas na área da educação por intermédio de institutos e fundações de grandes empresas, dentre as quais podemos citar os bancos Itaú, Bradesco e Santander, a Fundação Lemann, o Instituto Natura e o Instituto de Corresponsabilidade pela Educação.

O estabelecimento dessas parcerias denota o alinhamento de governos com os princípios neoliberais. Nessa perspectiva, de acordo com Freitas (2018b, p. 13), “[...] tem sido através de uma intrincada malha ou rede de agentes governamentais e não governamentais que a agenda neoliberal prospera numa articulação entre políticos, academia, fundações empresariais, think-tanks e organizações não governamentais com ou sem fins lucrativos”.

Esse processo de inserção dos institutos privados ocasiona a privatização da e na educação pública, ou seja, acontece no interior das escolas. Nesse viés, Freitas (2018b, p. 14) argumenta:

Seu método consiste em bombardear as redes públicas permanentemente sob vários ângulos e com vários programas numa tentativa de construir os processos de privatização pelo interior das escolas públicas, mimetizando as formas de funcionamento da organização empresarial, para finalmente se atingir o estágio dos “vouchers”. Sua lógica envolve promover bases nacionais comuns curriculares articuladas com avaliações nacionais censitárias e políticas de responsabilização que corroem o setor público, incentivam a privatização, transferem recursos públicos para a iniciativa privada e impedem o fortalecimento da escola pública.

A partir desse entendimento, compreende-se que a inserção desses atores privados arrefece a oferta da educação pública, gratuita e de qualidade socialmente referenciada, além de desestimular a ampliação dos sistemas públicos de ensino.

Ainda no que tange ao debate acerca dos atores privados e a sua incidência na educação, na literatura do campo da política educacional, encontra-se o diálogo acerca da privatização na educação pelas seguintes vias: da execução, da direção, e da direção e execução concomitantemente. A execução, segundo Caetano e Peroni (2022), ocorre quando os atores privados incidem diretamente na oferta, de maneira que há transferência de recursos públicos para instituições privadas efetivarem as matrículas em seus estabelecimentos.

A via da direção, por sua vez, coaduna com os preceitos dos atores privados, no direcionamento das políticas, no currículo, no conteúdo, de forma que a oferta permanece pública, mas há mecanismos internos operacionalizados e direcionados pelos atores privados. Já a via da direção e da execução em concomitância ocorre quando a incidência dos atores privados se faz presente com a operacionalização de suas propostas por intermédio de consultorias, monitoramento, formação e outros (Caetano; Peroni, 2022).

O modelo de direção concomitante com a execução pode ser percebido na implementação do Programa Escola Viva, em que o Instituto de Corresponsabilidade pela Educação direciona os objetivos da Escola de Ensino Médio em Turno Único e apresenta todo o aparato para se executar a proposta: o modelo de avaliação, a formação dos professores, o currículo e o material didático elaborado pelos especialistas do ICE.

A INCIDÊNCIA DE ATORES PRIVADOS NA IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA ESCOLA VIVA NO ESPÍRITO SANTO

O Programa Escola Viva foi implementado no Espírito Santo no ano de 2015, com a instituição da Lei Complementar nº 799, de 12 de junho de 2015. O programa, voltado para a criação de Escolas Estaduais de Ensino Médio em Turno Único, apresenta como objetivo principal “[...] planejar, executar e avaliar um conjunto de ações inovadoras em conteúdo, método e gestão, direcionadas à melhoria da oferta e da qualidade do

ensino médio na rede pública do Estado, assegurando a criação e a implementação de uma rede de Escolas de Ensino Médio em Turno Único” (Espírito Santo, 2015a). Dentre os objetivos específicos, o programa visa “[...] ampliar o currículo escolar [...] promovendo a formação do jovem autônomo, solidário e competente” (Espírito Santo, 2015a).

A primeira Escola de Ensino Médio em Turno Único, denominada Escola Viva São Pedro, localizada em Vitória, capital do estado, a título de projeto-piloto, iniciou as atividades no segundo semestre do ano de 2015. Já para o ano de 2016, estavam previstas mais cinco escolas no âmbito da iniciativa Escola Viva, mas, efetivamente, foram inseridas quatro escolas, com a ampliação do número de escolas partícipes nos anos seguintes. Em 2018, ano que se utiliza como base de análise, o Programa Escola Viva englobava 32 escolas estaduais¹ localizadas em diferentes municípios do Espírito Santo.

No tocante ao processo de estruturação e organização das Escolas Estaduais de Ensino Médio em Turno Único, a Lei nº 799/2015 define que:

A execução dos planos, dos projetos e das ações desenvolvidos nas Escolas Estaduais de Ensino Médio em Turno Único será supervisionada por unidade gerencial específica da SEDU, com as seguintes competências: [...] III - avaliar os resultados a partir de critérios e indicadores de proficiência do projeto pedagógico das escolas; [...] V - estabelecer metas de desempenho para as unidades escolares em consonância com o sistema de avaliação estadual e nacional (Espírito Santo, 2015a).

Com foco no desenvolvimento do projeto de vida, o currículo das escolas que integram o programa e a metodologia de ensino foram elaborados pelo ICE. No tocante aos atores envolvidos na implementação do Escola Viva, firmou-se Termo de Cooperação Técnica, no ano de 2015, entre o Governo do Estado do Espírito Santo e os seguintes atores privados:

¹ De acordo com dados do Censo Escolar, no ano de 2018 a rede estadual do Espírito Santo era composta por 459 estabelecimentos de ensino, consistindo em 365 estabelecimentos na região urbana e 94 na região rural.

ES em Ação, Instituto Fucape, Instituto Sonho Grande, ICE e Instituto Qualidade no Ensino (IQE). Para fins deste trabalho, focaremos em dois atores privados, sendo um de abrangência estadual, o ES em Ação, e um de abrangência nacional, o ICE. Consideraremos, conforme já mencionado, o período de 2015 a 2018.

O Instituto de Corresponsabilidade pela Educação é uma organização sem fins lucrativos, estruturada e mantida por um grupo de empresários do Estado de Pernambuco. Iniciou as suas atividades no ano de 2003, com o intuito de elaborar e desenvolver modelo pedagógico para o Ginásio Pernambucano, com foco no desenvolvimento do projeto de vida dos estudantes, denominado Escola da Escolha. Em seguida, o modelo pedagógico foi instituído em outras escolas no estado e, posteriormente, o ICE iniciou o trabalho de consultoria e disponibilização dos recursos desenvolvidos como apostilas, materiais didáticos, atividades, entre outros, para inúmeros estados, dentre os quais o Espírito Santo.

A ação do ICE, no processo de implementação do Escola Viva, ocorreu mediante Termo de Cooperação firmado com o ES em Ação, para a realização de consultoria, formação de professores e gestores, disponibilização de material didático e organização do currículo. Nessa parceria público-privada estabelecida com o governo do estado, a metodologia desenvolvida pelo Instituto é implementada nas Escolas Estaduais em Turno Único Escola Viva, e os custos de disponibilização da metodologia são financiados pelo ES em Ação, utilizando-se, para tanto, as empresas capixabas mantenedoras do programa (Espírito Santo em Ação, 2017).

Esse modo de operacionalização de transferência de recursos financeiros se realiza em virtude dos princípios do ICE: de que a educação pública deve ser em corresponsabilidade por diferentes e diversos atores e que o Instituto é financiado integralmente pelos parceiros privados. Na concepção do ICE, a educação ocorre em corresponsabilidade com a família, a escola, os professores, a comunidade, investidores e secretarias de educação, que apoiam o estudante e o orientam em seu projeto de vida (Instituto de Corresponsabilidade Pela Educação, 2020).

No tocante à implementação da proposta de escola em turno único no Espírito Santo, para o presidente do ICE, o estado obteve bons resultados com o programa, em virtude da parceria estabelecida com o movimento empresarial capixaba:

O ponto de partida da implantação do modelo educacional é a parceria com instituições privadas, pois o ICE não opera com recursos públicos. Para colocar o projeto em prática, buscamos uma parceria local para financiar a implantação e, o mais importante, assegurar sua continuidade. E em se tratando do Espírito Santo, isso tem sido feito brilhantemente pelo Espírito Santo em Ação. Vejo no Estado um trabalho a seis mãos, que envolve o ICE, o movimento empresarial e o setor público, harmonia e resultados surpreendentes! (Espírito Santo em Ação, 2017, p. 5).

Quanto à continuidade do programa, para o presidente do ICE, ao se colocar a responsabilidade da educação pública para outras instâncias não estatais, há maiores chances de prosseguimento, haja vista as alterações e mudanças nos governos. De acordo com o presidente do ICE, “[...] no Espírito Santo, vejo a responsabilidade por esta continuidade nos ombros do Espírito Santo em Ação, pois governos vêm e vão, mas o provimento de uma educação de qualidade aos nossos jovens é perene” (Espírito Santo em Ação, 2017, p. 5).

Fundamentalmente por conta da parceria com o ES em Ação, de acordo com o presidente do ICE, a educação de qualidade depende da iniciativa privada, necessitando, portanto, de estabelecimento de parcerias com governos para se alcançar a propalada qualidade na educação.

O parceiro local no Espírito Santo para que o ICE desenvolva as suas ações na educação pública é o ES em Ação, que se constitui em entidade de representação empresarial formada por pessoas físicas e empresas de diferentes setores econômicos do estado. O Espírito Santo em Ação foi o articulador da parceria do governo do estado, por intermédio da Secretaria de Estado da Educação, com o Instituto Sonho Grande, o ICE e o IQE para a implementação do Escola Viva.

Para a implementação do Escola Viva, o ES em Ação firmou dois Termos de Cooperação Técnica: um com os demais atores privados que realizam a consultoria, gestão e orientações do programa (Instituto Fucape, Instituto Sonho Grande, ICQ) e outro com o governo estadual, tendo sido este firmado por um período de três anos, conforme mostra a publicação do Diário Oficial a seguir.

Figura 1 - Termo de Cooperação Técnica entre o ES em Ação e o Governo do Estado do Espírito Santo

EXECUTIVO		DIÁRIO OFICIAL DOS PODERES DO ESTADO	
Vitória (ES), Quinta-feira, 18 de Junho de 2015.		13	
<p>Empresarial do Espírito Santo CNPJ/MF nº. 05.624.417/0001-49</p> <p>OBJETO: firmar Cooperação Técnica para a formalização da parceria entre a SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO e o MOVIMENTO EMPRESARIAL DO ESPÍRITO SANTO para viabilizar o desenvolvimento de um modelo pedagógico e de gestão, doravante denominado Programa de Escolas Estaduais de Ensino Médio em Turno Único, conforme especificado no Plano de Trabalho, parte integrante deste Termo de Cooperação Técnica.</p> <p>VIGÊNCIA: a partir da assinatura com vigência por 36 (trinta e seis) meses.</p> <p>Processo nº. 70554897/2015 Protocolo 159474</p>	<p>RESUMO DO 3º TERMO ADITIVO AO TERMO DE COOPERAÇÃO N.º 078/2014</p> <p>Processo: 66128218/2014</p> <p>Espécie: 3º Termo Aditivo ao Termo de Cooperação para Descentralização de Crédito Orçamentário nº 078/2014.</p> <p>Objeto: Prorrogação do prazo de vigência do Termo de Cooperação nº 078/2014.</p> <p>Prazo de Vigência: 08.2015 a 09.2016.</p> <p>Data da Assinatura: 11.06.2015</p> <p>Assinam: Pela Secretaria de Estado da Educação - SEDU / Haroldo Corrêa Rocha / Secretário de Estado da Educação e pelo Instituto de Obras Públicas do</p>	<p>Esprito Santo - IOPEs / Claudio Daniel Passos Rosa/ Diretor Geral Protocolo 159614</p>	<p>Graduação nos Grupos Sinfônicos da FAMES. Vigência: 10/06/2015 a 30/06/2015 e 01/08/2015 a 30/11/2015. Valor: R\$ 57,00 (Cinquenta e Sete Reais) hora/aula. Total de Horas Trabalhadas/Máximo: até 30 (Trinta) horas Mensal. Dotação Orçamentária: 10.42.201.12.364. 0152.2688 - Elemento de Despesa 339036 - Fonte 102 000001.</p> <p>Vitória/ES, 09 de junho de 2015.</p> <p>Paulo Henrique Avidos Pelissari Diretor Geral da FAMES. Protocolo 159372</p>

Fonte: Espírito Santo (2015b).

O ES em Ação constitui-se no principal parceiro e articulador local para a Política Estadual de Ensino Médio em Turno Único: ainda na campanha eleitoral de 2014, a entidade realizou apresentação da agenda com propostas para a área da educação, inclusa a concepção do Escola Viva, para os candidatos a governador. Ao ser eleito, Paulo Hartung², que já havia apoiado outras iniciativas³ da entidade em seus mandatos anteriores, manteve os diálogos e o compromisso com o ES em Ação para que o pro-

² Paulo César Hartung Gomes, economista e político do Espírito Santo, foi governador do estado no período de 2003 a 2010, sendo eleito em 2014 para novo mandato, no período de 2015 a 2019. Foi também deputado federal e senador, e ocupou diversos cargos comissionados.

³ No ano de 2009, o Governo do Espírito Santo criou o programa Nossa Bolsa, que consiste na transferência de recursos públicos para instituições privadas de ensino superior a fim de ofertar vagas em cursos superiores para alunos oriundos de escola pública. Já no ano de 2010, o Programa Bolsa Sedu consistia na transferência de recursos públicos para instituições privadas que ofertavam educação profissional técnica de nível médio na forma subsequente. Os dois programas, Nossa Bolsa e Bolsa Sedu, foram desenvolvidos em parceria com o ES em Ação.

jeto fosse viabilizado. Em depoimento acerca das ações educacionais para o estado e a relação com o ICE, o então governador Paulo Hartung declarou:

Educação é prioridade absoluta para mim, quase uma obsessão. Na campanha, nossa principal proposta na educação foi promover uma escola transformadora e atrativa para os nossos jovens. Fomos buscar uma experiência exitosa em Pernambuco, de educação em tempo integral, com o Instituto de Corresponsabilidade pela Educação (ICE), e a partir daí nasceu a Escola Viva [...]. Nesse mundo competitivo em que vivemos, precisamos melhorar a qualidade da educação básica. Esse é o primeiro passo para dar dignidade e competitividade ao País. A Escola Viva veio oportunizar um ensino de qualidade, em que os estudantes possam projetar um futuro melhor, conectado com os tempos atuais (Espírito Santo Em Ação, 2017, p. 3).

Quando questionado acerca das parcerias com o setor empresarial para o desenvolvimento do programa, o então governador defendeu, em consonância com a concepção posta pelo presidente do ICE, a necessidade das parcerias com o setor privado para a condução das políticas públicas. De acordo com Paulo Hartung:

[...] as parcerias são fundamentais para promover a revolução que estamos buscando. Os desafios que o País vivencia estão na necessidade de avançar na inclusão dos jovens em políticas públicas sólidas para possibilitar o acesso ao conhecimento. Devemos arregimentar boas companhias e boas parcerias para enfrentar as tarefas desafiadoras (Espírito Santo Em Ação, 2017, p. 3).

O discurso do então governador acerca da necessidade das parcerias público-privadas para o desenvolvimento de políticas públicas foi compartilhado pelo secretário de Educação daquele período, Haroldo Correa Rocha, para quem as parcerias com o setor privado garantem a continuidade de ações e programas educacionais, e são os responsáveis por garantir o sucesso do programa Escola Viva. De acordo com o ex-secretário de Educação:

O Espírito Santo em Ação é a âncora que nos ajuda a implementar a Escola Viva. Há todo um custo de transferência da metodologia do ICE (Instituto de Corresponsabilidade pela Educação) para a Sedu, que não nos custa nada. Quem arca com esse custo são as empresas capixabas, por meio do Espírito Santo em Ação. E isso é muito importante, pois é o setor empresarial cumprindo seu papel de sociedade e ajudando o Estado e a juventude a desenhar um futuro melhor. Há, ainda, outro aspecto, que considero muito importante. O governador Paulo Hartung está cumprindo o terceiro mandato e ele pode ser reeleito, mas pode vir outro gestor do Executivo. Portanto, esses parceiros que vêm da sociedade, como o Espírito Santo em Ação, são um elemento a mais para a garantia da continuidade do Programa Educação em Tempo Integral. O que não pode acontecer é mudar o governo e a Escola Viva deixar de existir, porque os jovens estão dizendo que ela é muito importante (Espírito Santo Em Ação, 2017, p. 4).

Na busca por compreender a intrincada rede de atores privados que financiam o programa, pode-se perceber, na figura a seguir, os mantenedores do Escola Viva que realizam a transferência de recursos para o ES em Ação, e este os repassa para o ICE.

Figura 2 - Mantenedores do Programa Escola em Tempo Integral



Fonte: Espírito Santo em Ação (2017).

Portanto, identificam-se os múltiplos atores compostos pelo empresariado do Espírito Santo que financiam o Escola Viva. Destaca-se que, dentre os mantenedores, constam empresas de abrangência nacional, como o Instituto Natura, a Vale e a Samarco.

A ação dos atores privados para a viabilização do Escola Viva apresenta-se articulada com a agenda do empresariado capixaba, o qual apoiou a candidatura e o retorno de Paulo Hartung ao governo por abarcar os ideais desenvolvimentistas da elite empresarial do estado. Nessa perspectiva, de acordo com Oliveira e Lirio (2017, p. 284):

Este modelo de educação, amplamente difundido por Hartung em campanha eleitoral, respaldado por segmentos da elite empresarial capixaba, reforça os laços de afinidade e demonstra o modo como o Escola Viva comunga com a agenda política desenvolvimentista desses segmentos econômicos, ao passo que vem sendo narrado, no discurso e na agenda de Hartung, como sendo a solução dos problemas da educação no Espírito Santo.

Nesse contexto, é possível perceber o alinhamento do governo do estado com os interesses dos atores privados locais (ES em Ação e Instituto Fucape) e globais (ICE, ICQ e Instituto Sonho Grande). O alinhamento do governo aos interesses privatistas e neoliberais apresenta-se na agenda política pautada pelo movimento empresarial do estado.

Essa articulação e a afinidade do executivo estadual aos ideais dos empresários capixabas são notadas pelo discurso do secretário de Educação e do governador do Estado, no período de 2015 a 2019, ao conceber que as parcerias com o setor privado são essenciais para o desenvolvimento das políticas educacionais, articulações já realizadas nos governos anteriores de Paulo Hartung (2003-2011), como o programa Nossa Bolsa e Programa Bolsa Sedu: ambos com a mesma lógica privatista de transferência de responsabilidade do Estado para a iniciativa privada.

No caso específico do Escola Viva, o programa apresenta o viés privatista por meio da transferência da gestão para a iniciativa privada, que,

dentre outras ações, realizou a seleção da equipe gestora do Escola Viva. As formas de controle e regulação da educação se apresentam pelos mecanismos de monitoramento e de avaliação aos quais os professores são submetidos constantemente:

Durante o ano de 2017, a equipe do Núcleo de Educação do Espírito Santo em Ação e do Instituto FUCAPE fizeram acompanhamentos monitorados com a equipe de implantação das Secretarias de Educação do Município e Estado. Foram 04 ciclos de acompanhamentos em cada escola, presente na maioria destes acompanhamentos, que totalizam 80 ciclos de norte a sul do estado (Instituto Fucape, 2017, p. 14).

A incidência dos atores privados na condução do Programa Escola Viva, por intermédio dos monitoramentos, coaduna com o viés neoliberal de que a escola seja gerida como uma empresa. A realização dos ciclos de monitoramento, conduzidos pelos atores privados nas escolas públicas estaduais que implementaram o referido programa, alinha-se com a tese apresentada por Freitas (2018a, 2018b) na qual uma das formas de privatização da educação pública é a atuação no interior da escola, por conseguinte, impedindo o seu fortalecimento e desenvolvimento.

Outro ponto a destacar é o estabelecimento de metas de desempenho e indicadores de proficiência – apresentados como competência da gerência específica da Secretaria de Educação, responsável pelo acompanhamento do Escola Viva –, que circunscrevem o programa na perspectiva apresentada por Freitas (2018a) de configuração da escola como empresa, apresentando-se metas e indicadores de eficiência a serem atingidos.

Cabe ressaltar que o discurso da competitividade, presente na fala do ex-governador Paulo Hartung, alinha-se com o preceito neoliberal difundido pelos atores privados de competição e individualidade, direcionando os fins educacionais, conforme apontam Caetano e Peroni (2022), como uma das formas de incidência dos atores privados na educação pública.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A incidência de atores privados nas políticas sociais constitui-se em um dos direcionamentos da perspectiva neoliberal. Uma das formas de materialização dessa incidência é por intermédio das parcerias público-privadas, que na educação compreendem ações de formação de professores e gestores, implantação de sistemas de gestão, organização curricular, desenvolvimento de materiais didáticos, entre outras, que corroem o sentido público e direcionam a finalidade da educação para atender a interesses privatistas do empresariado, com a ênfase na formação para a competitividade e para o empreendedorismo.

Ao vislumbrar diferentes formas de inserção nas políticas educacionais e de possibilidade de direcionamento da educação, empresas de grande porte no Brasil adentram os sistemas públicos de ensino, utilizando-se, para isso, de institutos e fundações. No caso do Espírito Santo, ao implementar o Programa Escola Viva, podemos perceber o alinhamento do governo do estado com os direcionamentos e concepções do setor empresarial, bem como com os preceitos do neoliberalismo. Influencia-se, dessa forma, na agenda política e na garantia do direito à educação pública, gratuita e de qualidade.

A incidência dos atores privados na condução do referido programa contempla desde a formulação do currículo e os preceitos da referida ação, passando pela seleção da equipe gestora, processo este conduzido pelo Instituto Fucape e pelo ES em Ação, em parceria com o ICE.

Nessa perspectiva, compreende-se que há a transferência da responsabilidade e do dever do Estado com a política educacional para a iniciativa privada, de maneira que se perde, paulatinamente, a garantia da educação pública como direito.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, Daniel Pereira. O que é neoliberalismo? A renovação do debate nas ciências sociais. *Revista Sociedade e Estado*, Brasília, v. 34, n. 1, p. 211-239, jan./abr. 2019.
- CAETANO, Maria Raquel; PERONI, Vera Maria Vidal. Relações entre o público e o privado na educação brasileira: neoliberalismo e neoconservadorismo - projetos em disputa. *Revista Trabalho Necessário*, Niterói, v. 20, n. 42, p. 1-26, jul. 2022. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/trabalhonecessario/article/view/53469/32448>. Acesso em: 10 jan. 2023.
- ESPÍRITO SANTO. Lei Complementar nº 799, de 12 de junho de 2015. Cria o Programa de Escolas Estaduais de Ensino Médio em Turno Único, denominado “Escola Viva”, no âmbito do Estado, e dá outras providências. *Diário Oficial do Espírito Santo*, Vitória, ES, 2015a. Disponível em: <http://www3.al.es.gov.br/Arquivo/Documents/legislacao/html/lec7992015.html>. Acesso em: 18 maio 2020.
- ESPÍRITO SANTO. Termo de Cooperação Técnica nº 012/2015. *Diário Oficial do Espírito Santo*, Vitória, ES, p. 13, 18 de junho de 2015b. Disponível em: <https://ioes.dio.es.gov.br/portal/visualizacoes/pdf/3154/#/p:21/e:3154>. Acesso em: 18 mai. 2020
- ESPÍRITO SANTO EM AÇÃO. *Educação: construindo um futuro promissor*. Vitória, 2017. Disponível em: https://es-acao.org.br/wp-content/uploads/2020/06/Relat%C3%B3rio-Gest%C3%A3o-ES-EM-A%C3%87%C3%83O-2017_280x220mm-media-qualidade.pdf. Acesso em: 15 jan. 2022.
- FREITAS, Luiz Carlos de. *A reforma empresarial da educação: nova direita, velhas ideias*. São Paulo: Expressão Popular, 2018a.
- FREITAS, Luiz Carlos de. Prefácio. In: GARCIA, Teise; ADRIÃO, Theresa (org.). *Currículo, gestão e oferta da educação básica brasileira: incidências de atores privados nos sistemas estaduais (2005-2015)*. Curitiba: CRV, 2018b. p. 13-14. Disponível em: https://www.greppet.fe.unicamp.br/pf-greppet/download_do_e-book.pdf. Acesso em: 3 nov. 2021.
- FRIGOTTO, Gaudêncio. *Educação e a crise do capitalismo real*. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2010.
- INSTITUTO DE CORRESPONSABILIDADE PELA EDUCAÇÃO. *Livreto Digital Institucional*. Recife, 2020. Disponível em: https://icebrasil.azurewebsites.net/wp-content/uploads/2020/04/Livreto_Digital_Institucional.pdf. Acesso em: 15 jan. 2022.
- INSTITUTO FUCAPE. *Relatório de Gestão*. Vitória, 2017. Disponível em: http://legado.fucape.br/downloads/relatorio_de_gestao_2017.pdf. Acesso em: 15 jan. 2022.

MORAES, Reginaldo Carmello Corrêa de. *Neoliberalismo: de onde vem, para onde vai*. São Paulo: Senac, 2001. Disponível em: https://reginaldomoraes.files.wordpress.com/2012/01/livro_neoliberalismo.pdf. Acesso em: 17 set. 2021.

OLIVEIRA, Ueber José de; LIRIO, Marcos Marcelo. O Projeto Escola Viva: a política de educação neoliberal de Paulo Hartung, no Espírito Santo (2003-2016). *CLIO: Revista de Pesquisa Histórica*, Recife, n. 35, p. 273-295, jan./jun. 2017. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.22264/clio.issn2525-5649.2017.35.1.al.14>. Acesso em: 17 set. 2021.